

ENFOQUE PARTICIPATIVO PARA O DESENVOLVIMENTO HUMANO: A EXPERIÊNCIA EM COMUNIDADES RURAIS DA SERRA CATARINENSE¹

Guilherme dos Santos Floriani²

g_floriani@yahoo.com.br

Maria Sueli Heberle Mafra³

mshmafra@yahoo.com.br

Resumo

Este texto apresenta resultados parciais de um processo de diagnóstico e planejamento participativo que ressaltam a importância de princípios de trabalho coerentes com os anseios humanos mais prementes e fundamentais para o desenvolvimento. É fruto da cooperação técnica do Centro Vianei de Educação Popular e Madepar para a definição de ações para um programa de responsabilidade sócio ambiental em comunidades rurais próximas das unidades de manejo florestal da Madepar na Região Serrana de Santa Catarina, e reflete o grande potencial de ações desenvolvidas em conjunto pela sociedade civil, pela iniciativa privada e poder público quando firmadas em princípios e valores humanos e indica a necessidade de melhores metodologias de pesquisa que qualifique esta premissa.

Pensar, sentir e agir

As estratégias de desenvolvimento que possuem um caráter participativo e comunitário adquirem maior importância como mobilizadoras de processos autogestionários para alcançar múltiplos propósitos de melhoria ambiental e qualidade de vida (FAO, 2001) que ultrapassaram os limites do terceiro setor tendo sua aplicação ampliada por empresas e órgãos públicos de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) aumentando a importância de se avaliar criticamente as experiências realizadas para fortalecer e ampliar a aplicação destas ferramentas e o empoderamento social. Por isto avalia-se o trabalho realizado em 9 comunidades rurais da Serra Catarinense em 2002 por uma organização não governamental, com apoio da iniciativa privada e oferece uma oportunidade de avaliação dos métodos e ferramentas utilizadas a partir dos resultados das ações implementadas fruto do Diagnóstico Rápido/Rural Participativo (DRP) e Planejamento Estratégico Participativo (PEP), ferramentas metodológicas que buscam aflorar as múltiplas necessidades do ser humano tem se revelado na avaliação dos projetos que visam a

¹ Projeto financiado pela Madepar, florestal@madepardoors.com

² Eng. Florestal, Esp. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável – UFSC, aluno Mestr. Produção Vegetal – CAV/UEDESC.

superação de conflitos sócio-ambientais como ressaltado nas avaliações do PDA/MMA (Brasil, 2004) e podem ser avaliadas a partir da premissa apropriada inclusive por financiadores como o Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA, 2002) que buscam orientar os projetos sócio-ambientais em princípios que sinteticamente buscam por exemplo:

- Respeito ao conhecimento local e melhor proposição do conhecimento técnico-científico e popular;
- Consideração às questões de gênero;
- Efetivar a participação e o protagonismo de todos os envolvidos;
- Gerar comprometimento entre os participantes (corresponsabilidades);
- Contínua avaliação e planificação das atividades, por meio da “reflexão na ação”;
- Promoção de esforços multi-institucionais e atuação Inter-institucionais (em rede);

Marcos Conseituais

A Participação é um processo que envolve ativa e igualmente os agentes interessados na promoção de diagnósticos, planejamento, implementação, monitoramento e avaliação de atividades (FAO, 2001b). Os agentes são próprios de cada contexto e podem fazer parte de grupos, organizações, poder público ou setores privados que afetam ou orientam o desenvolvimento. A participação aumenta o acesso e o controle dos recursos e tomadas de decisão pelos agentes de forma interativa e contínua. E pode ser alcançada em diferentes níveis que vão da passividade até a autogestão (FAO, 2001b; Pretty, 1994), por serem resultado das experiências acumuladas que colocam a participação, a pesquisa-ação e a educação de adultos como vias fundamentais para a emancipação de comunidades despossuídas de poder (Chambers, 1992). Este processo progressivo gera um empoderamento dos agentes locais como protagonistas do desenvolvimento por ações coerentes com o contexto local com vistas à implantação de mudanças efetivas (FAO, 2001a) e será um processo sustentável quando ligado a um sistema de vida capaz de reunir capacidades que promovam o crescimento, protegido de fatores de perturbação e com habilidades de se recuperar para manter, prover e desfrutar de oportunidades (Chambers e Conway, 1992), como é cunhado na ecologia por resiliência dos ecossistemas (Odum, 1984), aproximando enfim ciências físicas, biológicas e sociais como previa Morin e Moigne (2000). Isto reforça que o desenvolvimento humano deve transcender a geração de renda, a superação de dificuldades de acesso a bens materiais e interesses monetários, onde a participação faz parte de uma dimensão do desenvolvimento intangível, que caracteriza o desenvolvimento sustentável por sua simultânea subjetividade-objetividade e que pode ser avaliado quanto resultado das ações institucionais ao se compreender o

³ Eng. Agrônoma, aluna Mestr. Produção Vegetal – CAV/UEDESC.

papel da participação junto da alegria, da confiança, da beleza, do cuidado, da solidariedade e identidade (Jara, 2003). Onde sentimentos e conceitos que permitem uma reavaliação do enfoque participativo como reforço dos relacionamentos pessoais em uma comunidade, pois a sustentabilidade está imersa na vida social sintonizada com experiências positivas de relacionamentos que estimulam e facilitam a livre escolha de oportunidades e expansão das liberdades (Amartya Sen, 2001). Além de novas experiências sociais, as mudanças exigem também novos padrões tecnológicos e conceitos que balizem a relação humana com o ambiente e este avanço ocorre de forma simultânea. No campo da formação e pesquisa ressaltam-se os processos de formação-nação e co-investigação (Gaché, 2001) e que servem de base para conseituar o trabalho de formação implementado a partir do DRP nas comunidades. O desenvolvimento de um processo participativo e lógico que ajude a pensar a realidade local, precisa também de uma organização de materiais e reconhecer padrões para gerar modelos e teorias (Berkes & Folke, 1998) que ajudam a compreender melhor os fatores que determinam a participação e o nível das informações compartilhadas num processo de decisão flexível, dinâmico e apoiado em: um sistema de coleta de dados; organização e armazenamento, interpretação e conversão destes em informação; intercâmbio, e avaliação das ações e monitoramento dos resultados e novas ações.

Considerações e Resultados Preliminares

A sensibilização teve o objetivo de gerar informações e animar a participação de Agricultores(as) Familiares para a oficina de DRP, para tanto foram realizadas visitas e divulgação em eventos locais, produção de um folder promocional e avisos em rádios locais resultando na mobilização de mais 1000 pessoas diretamente em um dia de oficina de diagnóstico e outro de planejamento, nas 9 comunidades rurais: Pedras Brancas em Lages, Farofa e Casa de Pedra em Painel, Ponte Alta e Capitão Mor em Bocaina do Sul, Goiabal e Fundo do Campo em Otacílio Costa, Bandeirinhas em Correia Pinto e Pinheiro Mercado de Campo Belo do Sul. E formou um ciclo de atividades de sistematização e análise de questões de cada comunidade como subsídio para o planejamento de ações futuras pelo intercâmbio de experiência e reflexão sobre esta ação gerou uma plataforma de diálogo que propiciou a criação de rede locais nas comunidades que gestionam informações e conhecimentos por vezes sobre os seus próprios saberes agora compartilhados.

As ações contribuíram para a experimentação de práticas que visam a harmonização das intervenções em termos sociais, econômicos, culturais e ambientais e auxiliou agentes locais protagonistas de ações e que compartilhassem a gestão pública, e os atributos dirigidos nas avaliações evidenciam que as ferramentas participativas devem ser associadas a práticas metodológicas que fortaleçam novas formas de viver e, de ver a vida,

com base na confiança, solidariedade, do amor político, da beleza, do cuidado, da alegria, compromisso, esperança, angústia e paz - que interferem em seus sistemas de vida e entre outros sistemas. A avaliação do trabalho, feito em parte pela equipe técnica e parte em conjunto com os agentes participantes deixou claro que existem mais interrogações que possíveis conclusões, ampliando o horizonte de estratégias e táticas mais coerentes com as necessidades humanas, que ultrapassem o fortalecimento de comunidades rurais pelo (auto)reconhecimento dos variados potenciais dos participantes e dos recursos de que dispõem, sinalizando a possibilidade de pesquisas sobre temas aparentemente intangíveis e não científicos e de modificações nas estratégias de formação-na-ação desenvolvidas.

Referências Bibliográficas

- Amartia Sen, Desenvolvimento como Liberdade, Companhia das Letras, São Paulo, 2001.
- Berkes, F.; Folke, C. 1998. Linking Social and Ecological Systems: Management practices and social mechanisms for building resilience. Cambridge University Press, 459 p.
- Brasil. Ministério do Meio Ambiente. Secretaria da Coordenação da Amazônia. Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil. Subprograma Projetos Demonstrativos. Estudos da Amazônia: avaliação de vinte projetos PDA/MMA. Brasília, Ministério do Meio Ambiente, 2004, 134 p.
- Chambers, R. 1992. The self-deceiving state: psychosis and therapy. IDS Bulletin, 23(4):31-42.
- FAO, 2001b. Que entendemos por Participación em Desarrollo. In: URL <http://www.fao.org/Participation/espanhol/ourvision.html>, capturada em 26 de agosto de 2001.
- FAO, 2001a. Actitudes participativas y principios claves en la aplicación de instrumentos/métodos participativos. In: URL http://www.fao.org/Participation/espanhol/ft_princ.jsp, capturada em 26 de agosto de 2001.
- FNMA, 2002. Assistência Técnica e Extensão Rural aso Agricultores Familiares da Mata Atlântica Edital 01 de 2002. Brasília, 27 de agos de 2002. in URL: <http://www.mma.gov.br/fnma>
- Gasché, J. Curso de Capacitación en Investigación Participativa y Co-investigación. Notas del curso. Iquitos, Perú, 2001.
- Jara, C. Outro Paradigma do desenvolvimento humano.
- Pretty J.N. 1994. Alternative systems of inquiry for sustaninable agriculture. IDS Bulletin, 25(2):37-48.